

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.106 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2000

CAS aprova autorização para pisos diferenciados nos estados

Proposta, que ainda será examinada pela Comissão de Justiça antes de seguir para o Plenário, permite que estados em melhor situação econômica definam valores acima do salário mínimo para seus trabalhadores

CCJ examina emendas a projeto sobre magistrados

PÁGINA 3

Projeto de lei que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem pisos salariais diferenciados foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Segundo o relator da proposta, senador Moreira Mendes, a medida não revoga a fixação de um salário mínimo nacional.

PÁGINA 5

Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Heloísa Helena e Emilia Fernandes participam da reunião da CAS



SENADORES DISCUTEM COM JOBIM MUDANÇA NO VOTO ELETRÔNICO

PÁGINAS 4 E 5



Requião, autor da proposta, discursa no Plenário, onde se realizou a audiência sobre o sistema eletrônico de votação

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem uma delegação do Partido Comunista Chinês (foto). Ele destacou, acima das questões ideológicas, o desafio de melhorar a vida dos povos.

PÁGINA 2



Cabral pede aprovação da agência de águas

PÁGINA 5

Bernardo Cabral destaca importância do novo órgão



Helóisa quer proibir anúncio de bebida alcoólica

PÁGINA 8

Helóisa Helena chama atenção para danos causados pelo álcool



Suassuna defende mais incentivo aos genéricos

PÁGINA 8

Ney Suassuna critica laboratórios multinacionais



Alcântara: serviço está melhorando a qualidade da mão-de-obra rural

Alcântara destaca ações de educação do Senar

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o programa de educação e treinamento profissional rural do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), mantido pela Confederação Nacional da Agricultura. O senador explicou que os programas de formação profissional do Senar aprimoram o nível de preparo técnico e educacional de todos os que trabalham no setor agrícola e garantem maior produção de alimentos, matérias-primas e produtos agrícolas exportáveis.

O Senar, segundo o senador, capacitou mais de 1,6 milhão de trabalhadores e produtores rurais em agricultura, pecuária, extrativismo e agroindústria entre 1993 e 1999, e representa uma visão moderna da extensão rural. O programa oferece recursos para a modernização das técnicas agrícolas, contribuindo para maior produtividade e renda dos agricultores.

Lúcio Alcântara informou que o Senar promove ainda um programa educativo para crianças no Paraná, com noções básicas sobre agrotóxicos, água, biodiversidade, cidadania, clima, solo e cuidados com a saúde.

— Trata-se de iniciativa que objetiva preparar o cidadão do futuro, formando a consciência dos jovens em relação a assuntos relevantes para o Brasil neste século, como meio ambiente e utilização da água — disse Lúcio Alcântara.

ACM recebe missão e vê desafios comuns entre Brasil e China

Senador diz a delegação do Partido Comunista Chinês que os dois países têm problemas e características semelhantes

“No mundo de hoje, os problemas ideológicos são secundários, diante dos desafios para melhorar a vida dos povos.” Com essa mensagem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem uma numerosa delegação do Partido Comunista Chinês, que está no Brasil a convite da direção do PFL para manter contatos com autoridades e parlamentares, buscando estreitar as relações entre os dois países.

Chefiada por Wu Guanzheng, deputado da Assembléia Popular Nacional da China, secretário do comitê provincial de Shandong e membro do Bureau Político do Comitê Central do PC Chinês, a comitiva foi acompanhada pelos senadores Freitas Neto (PFL-PI) e José Jorge (PFL-PE) no encontro com Antonio Carlos Magalhães.

O líder da comitiva chinesa agradeceu pela acolhida dos parlamentares brasileiros, destacando a importância que seu partido atribui ao intercâmbio com agremiações políticas de todo o mundo, dentro dos princípios da autodeterminação, não-ingerência em questões internas e cooperação para o desenvolvimento. Atualmente, o PC chinês mantém contatos políticos



José Jorge, Freitas Neto, Antonio Carlos e o chefe da missão chinesa, Wu Guanzheng

com 340 partidos, em 140 países. Desse total, 90 partidos e 30 países são da América Latina.

A visita dos representantes do PC chinês ocorre após visita de missão parlamentar brasileira à China, coordenada pelo PFL. Antonio Carlos manifestou confiança em que esse intercâmbio amplie as possibilidades de incremento nas relações comerciais, culturais e políticas do Brasil com a China.

Também chamou a atenção para a existência de “problemas comuns” a serem enfrentados pelos dois países, seja por sua dimensão continental e estágios de desenvolvimento ou pelas características de suas populações. E disse estar confiante em que os contatos bilaterais contribuam efetivamente para que a população dos dois países elevem sua

qualidade de vida.

Wu Guanzheng destacou o interesse chinês em aprender com as experiências brasileiras em campos como os da privatização, política monetária e ações de interiorização do desenvolvimento, constatando que a abertura chinesa para o mundo globalizado ocorreu “depois do Brasil”. O senador confirmou a condição brasileira de compartilhar tais experiências, dentro de uma perspectiva mais ampla na busca de “um mundo com maior igualdade de oportunidades”.

— O crescimento da China e a expansão de seu produto, dentro de um processo de abertura e diálogo, demonstra que o mundo mudou muito e mudou para melhor, no esforço para se construir uma prosperidade comum — concluiu o presidente do Senado.

Djalma Bessa homenageia os 80 anos de João Paulo II

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) registrou em Plenário a comemoração dos 80 anos do papa João Paulo II. Segundo ele, em 22 anos de pontificado, o papa “conseguiu marcar de forma indelével a presença da Igreja Católica em um mundo tão descrente na ação solidária, tão voltado para o consumismo e para o sucesso individual”.

Conforme destacou, a condição de “figura mais carismática da história recente do catolicismo” rendeu a João Paulo II os cumprimentos de líderes das mais diversas correntes políticas e religiosas.

Na opinião de Bessa, isso revela o reconhecimento dos esforços do pontífice em não se omitir frente às grandes questões políticas internacionais e em sempre buscar o diálogo fraternal entre as religiões.

Embora João Paulo II seja considerado por muitos conservador, Bessa observa que essa conduta pode significar um contraponto a uma tendência da sociedade moderna de buscar “a riqueza e o prazer a qualquer custo”.



Bessa ressaltou o carisma do papa João Paulo II

Neudo Campos visita exposição na Galeria Senado

Acompanhado do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e dos deputados federais Luís Barbosa (PFL-RR) e Francisco Rodrigues (PFL-RR), o governador de Roraima, Neudo Campos, visitou ontem à tarde a exposição instalada na Galeria Senado com fotografias, peças de artesanato e parte da produção cultural do estado, além de iniciativas do governo local em diversas áreas.

Logo após visitar cada uma das

vitruínas da galeria, Neudo Campos parabenizou o Senado pela iniciativa de abrir espaço para cada estado brasileiro montar sua própria exposição, no ano em que o Brasil comemora 500 anos. E convidou empresários que atuam em outras regiões do país a produzir em Roraima, com vistas à exportação para os mercados próximos como a Venezuela, a Colômbia, as Guianas e os países do Caribe.

Mozarildo também destacou a

localização do estado para sugerir a instalação de novas empresas. Ele citou especialmente o fato de ser Roraima o estado brasileiro mais próximo dos Estados Unidos. Também pediu um apoio maior por parte do governo federal.

O senador elogiou o governador Neudo Campos pelo asfaltamento da BR-174 — que sai de Manaus, passa por Boa Vista e vai até a Venezuela — e pela energia elétrica trazida da Venezuela.

Brasil 500



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalma Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ volta a examinar crimes de magistrados

Substitutivo apresentado pelo relator Jefferson Péres a projeto de autoria de Paulo Souto, definindo os crimes de responsabilidade dos juízes, retorna à comissão por causa de quatro emendas em Plenário

Em turno suplementar, o Plenário do Senado discutiu ontem substitutivo ao projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos magistrados e altera o Código Penal para dispor sobre as penas aplicáveis a quem enriquecer ilícitamente no exercício do cargo. Com a apresentação de quatro emendas de Plenário pelo senador Tião Viana (PT-AC) e pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), a matéria retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto é um dos cinco re-

sultantes da CPI do Judiciário, da qual Paulo Souto foi relator, e ainda precisa ser votado na Câmara dos Deputados. O texto aprovado é um substitutivo elaborado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que relatou a matéria na CCJ.

De acordo com o texto, são crimes de responsabilidade dos magistrados, entre outros, os seguintes: proceder de modo incompatível com a dignidade do cargo; ser indolente no cumprimento dos deveres; proferir julgamento quando for suspeito na

causa; receber participação em processo; dedicar-se a atividade político-partidária; e receber favor, presente ou qualquer vantagem financeira indevida.

O Plenário também aprovou permissão para o funcionamento da Rádio Sociedade Espigão, de Espigão d'Oeste (RO), e a renovação dos atos que permitem o funcionamento de duas outras emissoras de rádio: a Rádio Atenas, da cidade de Alfenas (MG), e a Rádio Eldorado, de São Paulo (SP).



O Plenário discutiu ontem o projeto de Paulo Souto

Penas para exploração de adolescentes e recursos para irrigação marcaram a semana

Mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente para punir com quatro a dez anos de reclusão quem submeter menor a prostituição marcaram os trabalhos do Senado na semana que se encerra. Faltando ser sancionado, o projeto criou ainda pena de multa para esse crime e incluiu na mesma punição o proprietário, gerente ou responsável pelo local em que se verificar a exploração sexual.

Outro efeito desse crime será a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento em que

se verificar o delito. De autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), essa mudança no estatuto adapta a legislação brasileira à Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas, e proporciona adequada proteção às crianças e adolescentes vitimadas pela exploração sexual.

Também esta semana, o Senado aprovou em segundo turno, enviando à Câmara, proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e Centro-Oeste, de per-

centuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

Na mesma semana, em razão de emendas apresentadas em Plenário, foi devolvido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos magistrados (*veja matéria acima*).

Economia dominou atividades das comissões

Os assuntos econômicos dominaram os trabalhos das comissões técnicas do Senado esta semana. Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) favorável a projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que impede a incidência de juros compensatórios, de 12% ao ano, sobre indenizações pagas por desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Com isso, Ademir Andrade quer impedir que as desapropriações por interesse social alcancem valores absurdos.

A CAE também aprovou parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui mecanismos para resguardar os contribuintes em sua relação com o fisco. A matéria, que ficou conhecida

como o Código de Defesa do Contribuinte, segue agora para apreciação em Plenário, quando será aberto prazo para apresentação de emendas.

Por unanimidade, a CAE aprovou projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) regulamentando o acesso de instituições públicas e entidades civis ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), e a outros sistemas de informação de órgãos oficiais. A idéia é garantir um maior controle social sobre essas informações e, assim, uma melhoria no gerenciamento dos recursos públicos.

A comissão mista parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de 26 pessoas e empresas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscaliza-

ção do Congresso aprovou o relatório final do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) relativo a 2000/2003. O texto original previa gastos de R\$ 1,113 trilhão, mas o substitutivo aprovado elevou os recursos para R\$ 1,135 trilhão.

Projeto oriundo da Câmara dos Deputados que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem pisos salariais diferenciados foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em audiência que a CCJ realizou com o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que o Ministério Público dê prioridade às conclusões das CPIs realizadas no Legislativo. Na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) recomendou a cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar.

Plenário aprecia na terça-feira empréstimo para Previdência

Projeto de resolução em que o governo pede autorização para tomar empréstimo externo de US\$ 505,06 milhões com o Banco Mundial (Bird) teve seu exame pelo Plenário adiado para a sessão deliberativa da próxima terça-feira.

Se autorizado pelo Senado, o empréstimo será concedido na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro

Internacional ao Brasil. Na verdade, o dinheiro servirá para abater parte da dívida externa brasileira, e é condicionado a medidas que reduzam o déficit da Previdência.

Em sua mensagem, o governo diz que a finalidade da operação é apoiar as medidas adotadas para manter o nível de despesa e investimento público na área social, no atual contexto de contração da atividade econômica.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2000

- 1**
Requerimento nº 281, de 2000. Senadora Heloísa Helena. Solicita que sobre o Projeto de Resolução nº 56, de 2000, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.
Resultado: Aprovado. O Projeto de Resolução nº 56, de 2000, vai ao exame da CAS.
- 2**
Projeto de Resolução nº 56, de 2000. CAE. Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 505,060,000.00, na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social (segunda fase), no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil.
Resultado: Retirado da pauta, em virtude da aprovação do item anterior. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 6.
- 3**
Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1998. Renova a permissão outorgada à Rádio Atenas FM, em Alfenas (MG).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 4**
Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 1999. Renova a concessão da Rádio Eldorado OM, de São Paulo (SP).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 5**
Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2000. Outorga permissão à Rádio Sociedade Espigão OM, de Espigão d'Oeste (RO).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 6**
Projeto de Lei do Senado nº 687, de 1999. Senador Paulo Souto. Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências", para tipificar novas condutas, e dá outras providências.
Resultado: Lidas as emendas nºs 1 a 5-Plen, apresentadas ao substitutivo. À CCJ, para exame das emendas.
- 7**
Requerimento nº 268, de 2000. Senador Pedro Simon. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 151 e 353, de 1999, por regularem a mesma matéria.
Resultado: Aprovado. Os projetos de Lei do Senado nºs 151 e 353, de 1999, passam a tramitar em conjunto, e vão à CCJ, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Mudanças no voto eletrônico preocupam Jobim

Na opinião do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), exigência de impressão do voto proposta pelo senador Roberto Requião e já aprovada pela CCJ representaria um retrocesso e pode abrir novas possibilidades de fraude

Em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizada ontem de manhã no Plenário, o ministro Nelson Jobim, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitando alterações no sistema eletrônico de votações representa um retrocesso.

— Apesar da certeza que tenho de que a intenção do senador é a mesma da Justiça Eleitoral, a busca da total segurança do sistema eleitoral, o projeto que ele apresenta não irá conduzir a isso e é absolutamente regressivo, nos levando de volta a um sistema utilizado por mais de 200 anos e desde a Velha República — declarou o ministro.

A principal crítica feita por Jobim à proposta de Requião é quanto à reintrodução do mecanismo de impressão do voto. Pelo projeto, depois de votar eletronicamente, o eleitor iria conferir, por meio de uma cédula tradicional, o voto dado. Se o eleitor manifestar incongruência entre sua vontade e o voto impresso, poderia votar novamente.

Segundo o ministro, o maior problema da proposta consiste em possibilitar a interferência do mesário no processo, já que, no caso de contestação do voto, seria a ele que o eleitor iria se dirigir para pedir a anulação do primeiro voto. Essa situação permitiria que o mesário anulasse outros votos em prol de algum candidato de seu interesse.

Outra dificuldade, para Jobim, seria a possibilidade de reinstauração das fraudes eleitorais conhecidas por votos “de carreirinha”, “de marmita”, em que o próprio eleitor fraudava o sistema carregando ou trocando a cédula de papel. “Sem falar ainda na possibilidade de um grupo ou pessoa, com interesses anárquicos, provocar a anulação de sessões eleitorais previamente definidas, em função de divergência entre a urna eletrônica e a urna convencional”, acrescentou o ministro.

Após a audiência no Plenário, os técnicos do TSE e os assessores do senador Roberto Requião realizaram outra reunião, dessa vez na própria CCJ, para estudar soluções conciliatórias que possam conduzir à melhoria dos instrumentos de segurança do sistema eletrônico de votações. O projeto do senador já foi aprovado pela CCJ e deve agora ser apreciado pelo Plenário.



Quatro ministros e vários técnicos do TSE participaram da audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Requião rebate críticas feitas por ministro

O senador Roberto Requião defendeu, durante a audiência pública da CCJ, a adoção de um sistema de auditoria para as eleições em urnas eletrônicas. O parlamentar afirmou que o projeto de lei que apresentou não elimina a urna eletrônica.

— Ele apenas recria as condições de se fiscalizar a urna eletrônica, a qual foi projetada, lastimavelmente, para não ser conferida — afirmou o senador na reunião, que contou com a presença de quatro ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ele reconheceu que a adoção da urna eletrônica foi um avanço, mas ressaltou a vulnerabilidade a que está sujeito qualquer sistema eletrônico de dados, em qualquer lugar do mundo. Como exemplo, citou as contas de cartão de crédito e a contabilidade das contas bancárias.

Para o senador, a credibilidade das urnas eletrônicas depende de “um sistema paralelo que possa conferir o sistema original”. Do contrário, opinou o senador, haverá “um sistema inaudível, e um sistema inaudível não é confiável”.

Ele citou o caso de 18 urnas eletrônicas no Paraná, onde perdeu em todas as seções que seguiram a votação eletrônica, mas ganhou nas duas em que, por defeito no equipamento, a eleição foi manual. “Aí surge a preocupação: se o universo eleitoral for o mesmo, estaríamos admitindo a inviabilidade de qualquer previsão eleitoral”, protestou.



Requião: credibilidade depende da criação de um “sistema paralelo”

Requião afirmou que o eleitor não teria acesso à cédula proposta. Segundo o senador, ela leva assinatura do presidente da mesa, que a coloca na urna eleitoral. Feito o voto eletrônico, a urna imprime na cédula o resultado, para visualização e confirmação do eleitor. O senador explicou que, dado o

voto, nem o presidente da mesa nem o eleitor pegam mais na cédula.

— A urna que propomos agrega um ou dois equipamentos à urna do TSE. A própria existência de uma cédula impressa que permita a auditoria do sistema, por si mesmo, inibe a fraude — afirmou.

Para Requião, o sistema que propôs inviabiliza o voto de carreira, aquele em que o eleitor não coloca o voto na urna. Do lado de fora da repartição eleitoral, entrega ao cabo eleitoral, que o repassa, preenchido, ao próximo eleitor. Este tem de colocar o voto preenchido na urna e tra-

zer a cédula que lhe foi entregue em branco, e assim por diante. O que garante o fim do voto de carreira, segundo ele, é o fato de a cédula eleitoral preenchida pelo eleitor não ser tocada por mais ninguém.

Ele criticou a necessidade de o eleitor digitar o número do título, antes do voto, por considerar tal procedimento “absolutamente inútil”, porque o número é conferido anteriormente pela mesa junto à listagem de eleitores. Requião também questiona a necessidade de um sistema de criptografia para os boletins, já que os boletins “devem necessariamente ser” públicos. Lembrou que, com os boletins, é possível se auditar a apuração da eleição, como Leonel Brizola fez no Rio de Janeiro na eleição para governador em 1982.

O senador Roberto Requião contestou ainda o argumento do ministro Nelson Jobim de que pessoas mal intencionadas poderiam atrapalhar a eleição, declarando que o voto eletrônico não era o mesmo impresso na cédula de conferência. O problema seria corrigido, afirmou, pelo presidente da mesa.

José Agripino crê em solução de consenso em torno da proposta

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), acredita em uma solução de consenso para resolver as discrepâncias entre o programa de informatização das eleições montado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o que prevê projeto de lei sobre o assunto de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR). A Mesa decidiu não colocar o projeto em votação até que dúvidas acerca da votação eletrônica sejam esclarecidas.

Agripino presidiu a reunião realizada pela CCJ para debater o assunto. Estiveram presentes ministros e técnicos do TSE, que responderam a perguntas feitas pelos senadores. Após a reunião, foi realizado o primeiro encontro entre os técnicos do TSE e os assessores do senador Requião para acertar os pontos de conflito.



Suplicy apresentou um desenho no qual o eleitor pode ver o voto antes de depositá-lo na urna

Para Suplicy, alteração traria maior tranquilidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem ao ministro Nelson Jobim, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma proposta para que o eleitor possa ver o seu voto impresso após ter votado na urna eletrônica. Jobim participou de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destinada a debater projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que trata de mudanças no sistema de voto por computador.

A idéia foi apresentada pelo senador na forma de um desenho, em que o voto é mostrado pela máquina ao eleitor, antes de ser depositado. Conforme Suplicy, se o voto fosse impresso à vista do eleitor, ou se este pudesse conferir visualmente a impressão, haveria maior tranquilidade com relação ao bom funcionamento técnico e lisura do sistema.

Jobim explicou que, como o TSE se encontra ampliando a informatização dos mecanismos de votação, qualquer tentativa de manter ou voltar a procedimentos manuais teria dificuldades de ser implementada. De qualquer forma, assegurou ao senador que o assunto seria examinado pela equipe técnica do tribunal.

Respondendo à indagação de Suplicy, Nelson Jobim disse que não conhece o texto do projeto de lei de autoria do deputado José Dirceu, que propõe a formação de uma comissão, com representantes de partidos e de outras instituições, para fiscalizar o sistema de votação eletrônico. O ministro prometeu examinar a proposta.

URNA ELETRÔNICA



Jobim (ao lado do senador Antonio Carlos Magalhães) acha que projeto traz um elemento de segurança a mais para a votação eletrônica

Sistema atual é inviolável, garante ministro do TSE

Durante a audiência pública de ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o ministro Nelson Jobim, do TSE, explicou, em resposta ao senador Roberto Requião (PMDB-PR), que os partidos políticos em todo o Brasil tomam conhecimento do *software* básico e dos sistemas utilizados nas eleições por urnas eletrônicas 60 dias antes de cada pleito, e que o voto eletrônico é inviolável. Requião garantiu que, como presidente do PMDB paraense, nunca foi previamente informado dos procedimentos técnicos antes de eleições.

Requião fez uma série de perguntas ao ministro Nelson Jobim sobre o funcionamento das urnas eletrônicas na próxima eleição. O ministro, no entanto, não respondeu a todas, argumentando que estava preparado para discutir os projetos de lei em tramitação no Senado Federal, e não o sistema de votação eletrônico como um todo.

Respondendo ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Jobim afirmou que o sistema de criptografia para transmissão dos boletins é o único sistema tratado como confidencial pelo TSE. Esse sistema garante também meios de se checar se alguma urna foi roubada ou extraviada para outro fim.

Requião indagou qual o procedimento do TSE quando é pedida a recontagem de uma urna. Jobim respondeu que, na eleição anterior, não houve nenhuma impugnação que justificasse uma auditoria individual. Mas essa auditoria é possível e pode ser

feita através do *flash card* e do disquete instalados na urna.

Para o ministro, a eleição eletrônica já traz a segurança total almejada pelo TSE, mas o projeto de lei que trata da segurança do sistema eletrônico acrescenta um elemento a mais. O ministro não respondeu quantas pessoas têm acesso às informações confidenciais, e se essas pessoas são funcionários públicos ou terceirizados.

Outras perguntas de Requião não respondidas pelo ministro foram: se o TSE já detectou algum tipo de fraude nas urnas eletrônicas; quantas urnas já foram roubadas e extraviadas; como o TSE tem garantia de que uma urna não foi retirada para mau uso; e se o TSE considera a urna inviolável.

O senador lamentou não ter conseguido, até esta quinta-feira, um contato com técnicos do tribunal para discutir o sistema de voto eletrônico, o que tenta há um ano e meio. Para ele, "o núcleo do processo fica na mão de um número pequeno de pessoas e o que garante a transparência é a democratização":

— Ou é de conhecimento público ou é um sistema sempre questionável. Vamos dizer que os técnicos do tribunal são hoje da melhor qualidade, mas quem me garante que amanhã continuará sendo assim? E os técnicos terceirizados? — indagou.

A reunião foi promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas foi realizada no Plenário a pedido do presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães.

CAS aprova pisos salariais diferenciados nos estados

Nova regra se aplica a trabalhadores da iniciativa privada, inclusive empregados domésticos, e a servidores sem piso fixado por lei federal

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que autoriza estados e o Distrito Federal a instituir pisos salariais diferenciados. Tramitando em regime de urgência, o projeto será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na próxima terça-feira, seguindo depois para o Plenário.

Ao expor seu relatório, que preservou o texto original da Câmara, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez questão de esclarecer que a medida não revoga a política de fixação de um salário mínimo nacional. "Estamos dando apenas a possibilidade de os estados em melhor situação econômica definirem pisos salariais diferentes do mínimo", explicou.

Segundo Moreira Mendes, a nova regra se aplica a trabalhado-

res da iniciativa privada, servidores públicos estaduais sem piso fixado em lei federal, convenção ou acordo coletivo e empregados domésticos. Quanto à remuneração de servidores municipais, deverá seguir o piso nacional ou aquele definido pelo Executivo local.

A criação de pisos salariais diferenciados só não poderá ocorrer no segundo semestre do ano em que houver eleições para governador e deputados estaduais e distritais. Na opinião do relator, a iniciativa da União de delegar essa competência a estados e ao DF "fortalece o pacto federativo e melhora a distribuição

de renda no país".

O projeto teve os votos contrários dos senadores Geraldo Cândido (RJ) e Tião Viana (AC), e das senadoras Heloísa Helena (AL) e Marina Silva (AC), todos do PT. Absteve-se de votar o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).



Reunião da CAS: criação dos pisos diferenciados não revoga fixação de salário mínimo nacional

Agência de águas tem pedido de vista

O projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria a Agência Nacional de Águas teve a votação adiada ontem na CAS. Pedido de vista coletivo dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Heloísa Helena (PT-AL) foi aprovado, transferindo a discussão da matéria para a próxima quarta-feira, às 9h.

O parecer do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), é pela aprovação do substitutivo da Câmara, rejeitando as 11 emendas propostas pelos senadores Paulo Souto (PFL-BA), Marina Silva (PT-AC) e

Heloísa Helena. De autoria do Poder Executivo, o projeto propõe a criação da entidade federal encarregada da Política Nacional de Recursos Hídricos e da coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A CAS aprovou requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) para realização de uma audiência pública sobre o financiamento habitacional do país, especialmente os que são voltados para a população de baixa renda. Por se tratar de assunto de interesse mútuo,

Mauro sugeriu que os membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara sejam convidados, além do secretário de Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Angelis; o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai; o relator do Plano Plurianual, deputado Renato Viana (PMDB-SC); o relator da LDO, deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE); o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin; o presidente do Instituto Cidadania, Luís Inácio Lula da Silva; e o ex-ministro da Fazenda, Ciro Gomes.

Cabral ressalta importância da proposta

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) fez ontem um apelo ao Plenário do Senado para que aprove, ainda este mês, a criação da Agência Nacional de Águas. Para ele, o órgão é um instrumento fundamental para que o país enfrente as pressões externas.

De acordo com Cabral, a proposta já foi devidamente debatida desde a CPI dos Recursos Hídricos, em 1994. Além disso, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado promoveu o Se-



Cabral: fundamental para o país enfrentar pressões externas

minário *Águas-2000*, em março último, com a participação de 850 representantes de 170 entidades. "Todas as dúvidas foram tiradas a respeito da necessidade e oportunidade da criação da Agência de Águas", enfatizou.

Cabral advertiu para o fato de que os Estados Unidos planejam lançar na Bolsa de Chicago US\$ 20 bilhões em *water commodities* (comércio de águas). De acordo com o senador, aquele país estaria lançando papéis em bol-

sa tendo em vista a região amazônica, uma vez que apenas o Brasil teria recursos hídricos compatíveis com tal volume de dinheiro.

O senador aproveitou para registrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, a ser comemorado na segunda-feira. Ele também chamou a atenção para a realização, no próximo mês de agosto, do 10º Simpósio de Águas de Estocolmo, que terá como tema *Segurança da Água para o Século XXI – Inovação e Abordagens*.

Os senadores Leomar Quintanilha (PFL-TO), Djalma Bessa (PFL-BA) e Heloísa Helena (PT-AL) apoiaram o orador.

Ricardo Santos retorna ao Senado

O senador capixaba retomou ontem seu mandato, na vaga deixada por Luzia Toledo. Em seu primeiro discurso, o parlamentar fez uma análise da situação da economia brasileira

Com uma análise do atual quadro da economia brasileira e votos para que o governo federal estimule a retomada do crescimento econômico, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) retornou ontem ao Senado, na vaga de sua colega de partido, Luzia Toledo, que assumiu uma secretaria de estado. Ricardo Santos é primeiro suplente do senador José Ignácio Ferreira, atual governador do Espírito Santo, e esteve afastado do Senado enquanto ocupou a Secretaria de Planejamento capixaba.

Ricardo Santos entende que a consolidação do Plano Real e a prosperidade econômica deverão ser a consequência natural do caminho até agora percorrido. Mas para atingir o objetivo final, observou, é necessário que o governo reduza os juros. "As altas taxas de juro dificultam e inibem aquilo que toda a nação deseja: a retomada do crescimento", avaliou.



Ricardo Santos ressaltou a consolidação do Plano Real e a prosperidade econômica

Ricardo Santos enumerou algumas iniciativas que poderiam estimular o crescimento da economia. Uma delas seria intensificar as exportações e os investimentos em

ciência e tecnologia, além da adoção de uma nova ordem tributária e da realização de esforços para que haja maior equilíbrio das finanças dos estados e municípios.

— O crescimento e a prosperidade de almeçados devem contribuir para a abertura de oportunidades para um contingente cada vez maior de brasileiros, ainda não contemplados com os benefícios do desenvolvimento. Temos de trabalhar para que se altere o padrão histórico de desenvolvimento, caracterizado por marcantes desigualdades sociais, com concentração de riqueza, renda, conhecimento e poder — afirmou o senador.

Ricardo Santos defendeu ainda o ingresso de investimentos estrangeiros como forma de financiar o déficit em conta corrente, promover a modernização do sistema econômico e propiciar ganhos de produtividade generalizados, além de contribuir para a expansão das exportações brasileiras.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que Ricardo Santos irá honrar o seu mandato. Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Paulo Hartung (PSB-ES) e o líder do PSDB, Sergio Machado (CE), também saudaram o retorno do parlamentar capixaba. Todos afirmaram que Ricardo Santos irá fortalecer e engrandecer ainda mais a bancada do Espírito Santo. Acompanharam o primeiro discurso que marcou o retorno à Casa de Ricardo Santos o governador José Ignácio Ferreira, deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, empresários, lideranças do estado e parentes.

Lando condena intenção de venda da Petrobras

O senador Amir Lando (PMDB-RO) manifestou preocupação com uma possível decisão do governo brasileiro de privatizar a Petrobras. Segundo afirmou, a desestatização do setor petroquímico, a assinatura de contratos visando à venda da refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, e a recente proposta de vender 31,7% das ações ordinárias da estatal com direito a voto seriam indícios da disposição do governo de "privatizar a empresa pelas bordas".

Lando propôs que o Congresso Nacional se una à população para defender a Petrobras. Em sua avaliação, os parlamentares abriram mão de discutir a venda da Companhia Vale do Rio Doce e também silenciaram na alienação de serviços estratégicos, como energia e telecomunicações.

O senador fez um relato sobre as privatizações brasileiras, que para ele possuem uma estreita vinculação com o crescimento da dívida pública brasileira. Conforme Amir Lando, com a dívida interna brasileira de R\$ 500 bilhões, já não estão a salvo nem mesmo os símbolos da nacionalidade brasileira, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras. Segundo o senador, não se discutem os valores dessas empresas como atividade estratégica para a soberania nacional, mas como cifras para cumprimento das metas fiscais. As empresas assim "poderão ser privatizadas pelo seu tamanho", lamentou.

O senador destacou também a importância estratégica da Petrobras num contexto de matriz energética internacional que é desfavorável aos países credores. "O petróleo do Golfo Pérsico custa para o contribuinte americano cinco vezes o preço do mercado internacional, tendo em vista os gastos militares. Enquanto isso, há abundância de petróleo em países como México, Venezuela e Brasil." Amir Lando lembrou o caso do México que, quando recebeu empréstimo de US\$ 50 bilhões, deu como garantia a disponibilidade de seu petróleo.



Lando: o governo vende a Petrobras "pelas bordas"

Cândido critica tratamento de FHC a opositores

O tratamento dispensado pelo governo a organizações opositoristas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi criticado ontem pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Conforme disse, o presidente Fernando Henrique Cardoso tem optado pela repressão a seus opositores como



Para Cândido, o presidente Fernando Henrique tem optado pela repressão

forma de impor uma política econômica e social voltada aos interesses dos banqueiros internacionais.

Cândido citou especificamente o episódio que semanas atrás provocou a morte de trabalhadores rurais no Paraná, vítimas da ação repressiva do governo. O senador lembrou ainda que recentemente o líder do MST João Pedro Stedile foi impedido de aparecer em entrevista na TV Educativa, por intervenção do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo, Andrea Matarazzo.

— Cai a máscara do sociólogo e assume-se o discurso da caserna tão comum nas ditaduras militares. O Estado de direito e as liberdades democráticas já estão em franca degeneração — afirmou o senador.

Geraldo Cândido chamou a atenção para o grave quadro social, que

pode ser visto na favelização das populações urbanas, no recurso aos assaltos e roubos como meio de vida e em outros fenômenos violentos. Essa situação, segundo o senador, resulta da visão e da política de Fernando Henrique. Ele lembrou ainda que o próprio presidente chegou a classificar o Brasil como

um país que vai "de mal a menos mal".

O senador citou várias estatísticas que comprovariam os maus resultados da política econômica do governo. É o caso, disse, do endividamento externo que está na casa dos US\$ 230 bilhões; a estagnação do crescimento econômico; o déficit em transações correntes de US\$ 3,1 bilhões; e a alta concentração de renda, em que 1% da população mais rica detém 13,8% da renda total.

Após o discurso, Geraldo Cândido leu artigo do jornalista Elio Gaspari, com críticas à postura assumida pelos integrantes do governo em relação a opositores e manifestantes. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que recebeu de Andrea Matarazzo a promessa de que a entrevista com Stedile seria transmitida pela TV Educativa.

Álvaro defende acionistas minoritários do Bamerindus

Durante pronúncia em Plenário, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) manifestou sua esperança de que a Justiça venha a ressarcir os prejuízos que os 53 mil acionistas minoritários do Bamerindus tiveram com a venda do banco ao HSBC, grupo financeiro inglês. Segundo o senador, o dinheiro dos acionistas



Álvaro Dias: o dinheiro dos pequenos acionistas "virou pó" com a venda ao HSBC

"virou pó" e eles sequer puderam conhecer os termos da operação, baseada num contrato secreto. "Agora a 14ª Vara da Justiça Federal está requisitando todos os papéis da transação", informou.

Na avaliação do senador, os prejuízos causados ao país com a ajuda aos bancos são irreversíveis. Foram gastos R\$ 6 bilhões pelo Programa de Estímulo e Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer) para sanear o Bamerindus, enquanto o HSBC pagou apenas R\$ 350 milhões pelo patrimônio do banco, disse. Álvaro Dias afirmou ainda que a juíza da 14ª Vara Regina Helena Costa também quer conhecer os negócios imobiliários que fazem parte da transação, por entender que há indícios de subfaturamento da carteira de imóveis do Bamerindus para favorecer o HSBC.

O senador ressaltou que esse "processo nebuloso" de venda que o Banco Central fez questão de manter em sigilo precisa ser esclarecido para os acionistas minoritários, que detinham 23,5% do patrimônio do banco paranaense. "Tenho certeza de que a Justiça Federal encontrará meios de resgatar os direitos usurpados de 53 mil acionistas que investiram num banco que devia ser seguro por estar sob a vigilância do BC."

É incompreensível, sustenta o senador, que o Banco Central seja insensível em relação ao prejuízo dos acionistas, sequer permitindo que eles tenham acesso aos documentos da transação. "Agora, através da iniciativa da juíza, vamos conhecer a forma pela qual o governo federal permite a realização de negócios que são favoráveis a grupos estrangeiros e lesivos aos interesses do Estado e dos brasileiros".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) louvou a preocupação do senador paranaense em exigir da tribuna, em várias oportunidades, que os interesses dos minoritários sejam respeitados.

Presidente do STM analisa a globalização

O presidente do Superior Tribunal Militar (STM), tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla, é o convidado do *Entrevista Especial*, programa da TV Senado que vai ao ar amanhã e domingo, às 11h e às 23h. Na entrevista, o brigadeiro, que é um especialista em tecnologia aé-

rea espacial, aborda a questão da globalização e suas relações com a tecnologia e as implicações para a soberania dos povos. Para o brigadeiro, no processo de globalização, o Brasil abriu suas fronteiras de forma descontrolada acreditando em um milagre, que, em sua opinião,

não vai ocorrer por conta da alta competitividade hoje existente. Ferolla considera que grupos internacionais estão vindo para o país de forma acelerada, comprando empresas por um valor baixo e "tomando conta do mercado interno quase em forma de oligopólios".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h30 — *Cidadania*: Sen. Sebastião Rocha e a dep. Telma de Souza falam sobre câncer de próstata
7h30 — *Entrevista*: Sen. Tião Viana fala sobre a malária
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Meio Ambiente: poluição do ar e da água
9h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — CPI do Roubo de Cargas (gravado)
13h30 — *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST, falam sobre reforma agrária
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre desertificação
19h — *Cores do Brasil*: Turismo no Tocantins
19h30 — *Debate*: Sen. Roberto Saturnino e o cineasta João Moreira Salles falam sobre o documentário *Notícias de uma guerra particular*
20h30 — *Entrevista*: Sen. Tião Viana fala sobre a malária
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Especial: Notícias de uma guerra particular*
22h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: Companhia Trópica de dança
0h — *Especial: Notícias de uma guerra particular*

AMANHÃ

1h — *Debate*: Sen. José Fogaça e o cineasta Werner Shuneman falam sobre o cinema brasileiro
2h — *Unip*: Anabolizantes
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo no interior da Amazônia
3h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Patrocínio fala sobre o álcool combustível
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Anabolizantes
5h — *TV Escola* — Educação ambiental: explosão demográfica
5h30 — *Espaço Cultural*: Coro Sinfônico da UnB
6h — *Cores do Brasil*: Turismo em Natal
6h30 — *Agenda Econômica*: Dep. Delfim Netto fala sobre as privatizações
7h30 — *Entrevista*: Sen. Francelino Pereira fala sobre telecomunicações
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Educação ambiental: crescimento urbano
9h — *ABD no Ar*: Os incentivos fiscais
9h30 — *Entrevista*: Dr. Romeu Meneghelo, diretor da Sociedade Brasileira de Cardiologia
10h — *De Coração*
10h30 — *Cores do Brasil*: Folclore goiano
11h — *Entrevista Especial*: Globalização, tecnologia e soberania
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista*: Sen. Osmar Dias fala sobre guerra fiscal
13h — *Unip*: Anabolizantes
13h30 — *Agenda Econômica*: Dep. Delfim Netto fala sobre as privatizações
14h30 — *Espaço Cultural*: Show *Na Pressão*, de Lenine
16h — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre desertificação
16h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no Tocantins
17h — *Revista Brasília*
18h — *TV Escola* — Educação ambiental: energia
18h15 — *Espaço Cultural*: Coro Sinfônico da UnB
19h — *Tela Brasileira*: Cao Hamburger
19h30 — *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST, falam sobre reforma agrária

20h30 — *Entrevista*: Sen. Tião Viana fala sobre a malária
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: Show *Terceira Asa*, com Manduka
23h — *Entrevista Especial*: Globalização, tecnologia e soberania
0h — *Especial: Notícias de uma guerra particular*

DOMINGO

1h30 — *Cidadania*: Sen. Sebastião Rocha e a dep. Telma de Souza falam sobre câncer de próstata
2h — *Unip*: Estresse
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
3h30 — *Entrevista*: Sen. Tião Viana fala sobre a malária
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Estresse
5h — *TV Escola* — Educação ambiental: energia
5h30 — *Espaço Cultural*: Coro Sinfônico da UnB
6h — *Cores do Brasil*: Turismo no Pará
6h30 — *Debate*: Sen. José Fogaça e o cineasta Werner Shuneman falam sobre o cinema brasileiro
7h30 — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre desertificação
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Educação ambiental: erosão e desertificação
9h — *Tela Brasileira*: Cao Hamburger
9h30 — *Entrevista*: Dr. Romeu Meneghelo, diretor da Sociedade Brasileira de Cardiologia
10h — *De Coração*
10h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão
11h — *Entrevista Especial*: Globalização, tecnologia e soberania
12h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
12h30 — *Entrevista*: Sen. Francelino Pereira fala sobre telecomunicações

13h — *Unip*: Estresse
13h30 — *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST, falam sobre reforma agrária
14h30 — *Espaço Cultural*: Show *Na Pressão*, de Lenine
16h — *Entrevista*: Sen. Osmar Dias fala sobre guerra fiscal
16h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no Tocantins
17h — *Revista Brasília*
18h — *TV Escola* — Meio ambiente: poluição do ar e da água
18h15 — *Espaço Cultural*: Coro Sinfônico da UnB
19h — *ABD no Ar*: Os incentivos fiscais
19h30 — *Agenda Econômica*: Dep. Delfim Netto fala sobre as privatizações
20h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Patrocínio fala sobre o álcool combustível
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Theatro Arthur Azevedo*: Show *Terceira Asa*, com Manduka
23h — *Entrevista Especial*: Globalização, tecnologia e soberania
0h — *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,

TV Senado mostra hoje filme sobre narcotráfico

O documentário, *Notícias de uma guerra particular*, é de João Moreira Salles

O elogiado documentário *Notícias de uma guerra particular*, de João Moreira Salles e Kátia Lund, será exibido hoje pela TV Senado às 21h30 e à meia-noite. Amanhã, sábado, o filme pode ser visto também à meia-noite. O documentário aborda o estado da violência urbana no Brasil, especialmente nas favelas do Rio de Janeiro, onde vive e morre rotineiramente uma legião de crianças e jovens a serviço do narcotráfico.

São personagens do documentário policiais, traficantes e moradores de favelas, envolvidos em uma guerra diária e sem vencedores. Conforme João Moreira Salles, o filme não tem a pretensão de apontar soluções, deixando que as pessoas diretamente envolvidas no conflito dêem seu testemunho.

Moreira Salles destaca a banalização dos horrores produzidos por uma realidade em que as drogas se misturam com a miséria e as armas e a violência se tornam os únicos argumentos respeitados.

— Chego em casa depois de um dia em que invadi talvez mais de

uma favela, em que matei um traficante e um traficante matou um dos meus companheiros, e meus pais não perguntam mais como foi, o que fiz, se estou bem, se não estou. Estão saturados, todo mundo está — afirma durante o filme um capitão do Batalhão de Operações Especiais da PM, queixando-se de que a cada dia as pessoas se interessam menos pelo que ele faz.

A diretora da TV Senado, Marielena Chiarelli, defendeu a divulgação de filmes produzidos no Brasil, sobretudo os que procuram analisar "aspectos preocupantes da nossa realidade, como o faz esse documentário". Ela também citou a importância do trabalho da Subcomissão do Cinema Brasileiro. Instalado em junho de 1999 com o propósito de identificar os problemas da produção audiovisual brasileira, o colegiado realizou sete audiências públicas para conhecer as propostas dos diversos segmentos ligados à área e propor, por meio de medidas legislativas, soluções adequadas para o setor.

Show de Lenine pode ser visto no final de semana

No programa *Espaço Cultural*, a TV Senado reapresenta às 14h30 de sábado e domingo o espetáculo *Na Pressão*, do cantor e compositor Lenine. Também nesses dois dias, às 18h15, irá ao ar programa especial com o Coro Sinfônico da Universidade de Brasília (UnB), gravado no Teatro Nacional, em Brasília.

Ainda no sábado, às 19h, e no domingo, às 9h, a TV Senado apresenta o programa *Tela Brasileira*, dedicado aos bastidores do cinema brasileiro e seus criadores. O convidado deste final de semana é o diretor do filme *Castelo Ra-Tim-Bum*, Caio Hamburger.

O show *Terceira Asa*, do poeta, músico e cantor Manduka, gravado no Teatro Arthur Azevedo, em São Luís (MA), será mostrado sábado e domingo, às 21h30.

O programa *Revista Brasília*, que vai ao ar sábado, às 17h, e domingo,

às 17 e à meia-noite, apresentará entrevistas com o jornalista e poeta Tetê Catalão e com o tricampeão de Fórmula 1 Nelson Piquet. No *Entrevista Especial*, que vai ao ar sábado e domingo às 11h e 23h, o jornalista Beto Almeida conversa com o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Sérgio Xavier Ferolla, sobre globalização e tecnologia.

No *Agenda Econômica*, os jornalistas Helival Rios e José Ribamar de Oliveira entrevistam o deputado Delfim Netto (PPB-SP) sobre privatizações e conjuntura. O programa vai ao ar sábado, às 13h30, e domingo, às 19h30. E no programa *Cidadania*, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e João Pedro Stedile, um dos coordenadores do Movimento dos Sem-Terra (MST), falam sobre reforma agrária. O *Cidadania* é mostrado sábado, às 19h30, e domingo, às 13h30.

Suplicy defende renda mínima e critica ações "paternalistas"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou a distribuição de cestas básicas a famílias carentes e ações que chamou de "meramente paternalistas", bancadas por alguns governos, entre eles o de São Paulo, em detrimento da adoção de programas sociais "sérios e reconhecidos, inclusive no exterior", como os de renda mínima e o bolsa-escola.

O senador apontou as deficiências dessas ações, afirmando que a distribuição de alimentos "induz à corrupção e ao desperdício de recursos", independentemente das intenções dos formuladores.

— A distribuição de cestas em ano eleitoral e mesmo a distribuição de renda sem critérios claros e definidos em lei podem converter-se em instrumento de manipulação, como demonstra a experiência — frisou.

Suplicy fez essas observações ao ler carta endereçada ao governador de São Paulo, Mário Covas, em



Suplicy comenta troca de correspondência com Mário Covas

que manifestou preocupação com alguns programas de combate à pobreza desenvolvidos pelo governo paulista, entre eles o de distribuição de cestas básicas. Depois de enaltecer determinados programas, como o Banco do Povo, Meu Primeiro Trabalho e Auto-Emprego, todos do governo paulista, Suplicy aconselhou o governador a adotar, com urgência, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, em tramitação na Assembléia Legislativa. "É o instrumento adequado para combater a pobreza", enfatizou.

Suplicy, que teve um artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no início do mês, com considerações sobre o programa Alimenta São Paulo, disse ter recebido uma carta de Covas em que este se dizia "perplexo" com suas argumentações e discorria sobre os benefícios desse e de outros programas. O senador informou que "o tom duro" do governador na carta levou-o a escrever em resposta, dizendo que apenas fez sugestões para melhorar os programas sociais do governo.

Suassuna pede ampliação da oferta de remédios genéricos

Para o senador, laboratórios multinacionais "exploram a população, desafiando as autoridades e burlando o fisco"

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem o estabelecimento de uma política nacional de saúde que contemple a assistência farmacêutica e ofereça à população medicamentos básicos a preços acessíveis. Ele destacou a importância de lei aprovada pelo Congresso no ano passado sobre a colocação de medicamentos genéricos no mercado, e defendeu a necessidade de ampliar urgentemente o leque de ofertas desses remédios mais baratos à população.

— Nosso mercado farmacêutico é dominado por grandes empresas multinacionais, poderosíssimas, que reajustam seus produ-



Ney Suassuna quer produção de remédios a preços acessíveis

tos constantemente e impõem à população uma política perversa de preços — observou Suassuna, afirmando ainda que 70 milhões de

peças não podem comprar remédio no país, que tem os preços mais elevados do mundo nesse setor.

O senador mencionou a reação dos laboratórios multinacionais, que, segundo ele, têm feito todo tipo de pressão contra a comercialização de genéricos. A Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma), que congrega as subsidiárias de laboratórios multinacionais, teria deflagrado uma milionária campanha publicitária para desacreditar os medicamentos genéricos junto à opinião pública e reforçar a imagem dos remédios com grife.

— O mercado brasileiro é um dos dez maiores do mundo no setor farmacêutico, e as distorções nele existentes são tão absurdas que provocaram in-

vestigações por uma CPI na Câmara dos Deputados — afirmou, lembrando que os genéricos, antes de chegarem às prateleiras, passam por rigorosos testes de bioequivalência.

Suassuna apelou ao ministro da Saúde, José Serra, para que incentive a produção de genéricos. Citando dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que demonstram ter ocorrido, nos últimos anos, um crescimento real de 54% acima da inflação nos preços de remédios, o senador acusou as multinacionais de formarem cartéis, superfaturarem as importações e explorarem a população, desafiando as autoridades e burlando o fisco.

Em apartes, os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Agnelo Alves (PMDB-RN) apoiaram o discurso de Suassuna, destacando a importância do tema levantado por ele.

Propaganda de bebida alcoólica deve ser proibida, afirma Heloísa Helena

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) propôs ontem que o substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) a projetos de lei que proíbem a publicidade do fumo estenda a vedação à propaganda de bebidas alcoólicas. "O governo está querendo impedir, de forma correta, a propaganda do cigarro, mas é fundamental também proibir a de bebidas alcoólicas", frisou, anunciando que os parlamentares do Bloco Oposição apresentarão emendas ao substitutivo com esse objetivo.

Heloísa lembrou que várias pesquisas e estudos comprovam que o álcool é uma droga psicotrópica que provoca inúmeros danos à saúde, com efeitos constatados no trabalho e no número de acidentes de trânsito. Aceito socialmente e, no entender da senadora, com consumo criminosamente estimulado, o álcool provoca a dependência em cerca de dez a 15 pessoas de cada grupo de 100 adultos.

O vício também é responsável, acrescentou, pelo aumento dos re-

gistros de violência, como verificou o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: mais de 65% dos alunos pesquisados já tomaram bebida alcoólica, 51% deles têm menos de 12 anos de idade e 28% tomaram bebida oferecida pelos pais. O risco de se tornar alcoólatra

é quatro vezes maior para os que iniciam o consumo de bebidas antes dos 15 anos, informou a senadora, acrescentando que 10% da população adulta brasileira sofre por abuso e dependência do álcool.

No âmbito do tratamento dos males decorrentes do vício de beber, Heloísa Helena enfatizou que 90% das internações por dependência resultam do consumo de álcool, também responsável pela maioria dos registros de acidentes de trânsito. Estudo patrocinado pelo Sistema Nacional de Trânsito reve-



Heloísa: álcool é droga psicotrópica que provoca inúmeros danos à saúde

lou que 61% das pessoas envolvidas em acidentes apresentam alcoolemia positiva, número que atinge 71% nos casos de acidentes por choque ou atropelamento. Outros efeitos do consumo de bebidas são verificados no número de licenças médicas do trabalho, que correspondem ao

triplo do número de licenças em razão de outras doenças.

Mesmo elogiando o trabalho desenvolvido por entidades de autoajuda, como os Alcoólicos Anônimos, Heloísa acredita ser fundamental garantir mecanismos concretos de prevenção e suporte do Estado. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o ministro da Saúde, José Serra, que anunciou campanha contra o fumo, encaminhando projeto sobre o assunto ao Congresso Nacional, dirija suas propostas ao relator Jefferson Péres.



Roberto Saturnino diz que a bancada do Rio "tem condições de defender eficazmente o estado"

Saturnino elogia união pelos interesses do Rio de Janeiro

Um acordo entre o governador Anthony Garotinho e o prefeito Luiz Paulo Conde, do Rio de Janeiro, permitirá investimento de R\$ 91 milhões na cidade e no estado. A notícia do acordo foi qualificada como auspiciosa pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), em discurso ontem no Plenário.

Saturnino destacou que os recursos serão investidos em seis projetos na área social, entre eles o combate à violência nas favelas da Rocinha e Dona Marta; a reconstrução do mercado de Madureira, destruído por um incêndio; e a despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas. Além disso, será efetuada licitação para escolher a empresa que fará o saneamento da Baixada de Jacarepaguá. "É edificante a demonstração de unidade na defesa dos interesses do Rio de Janeiro", disse Saturnino.

O senador comentou ainda a união da bancada do estado na Câmara e no Senado para lutar contra o corte de R\$ 130 milhões na dotação orçamentária da União para o Rio de Janeiro. Segundo ele, o corte corresponde às emendas de bancada, ou seja, as dotações decididas pelos parlamentares.

— A bancada do Rio tem condições de defender eficazmente o estado. O Rio tem sido prejudicado nas dotações orçamentárias da União e essa carga de cortes ficará além do que a população do Rio poderá agüentar — afirmou.

Na opinião do senador, o estado é prejudicado por "não gostar do presidente Fernando Henrique Cardoso" e também por não ter um forte grupo econômico lutando pelos seus interesses, como têm outras unidades da Federação.